

EM DEFESA DAS LEIS DE MERCADO: OS LIBERAIS PARANAENSES EM AÇÃO

Ederson Prestes dos Santos Lima¹

Resumo

Este artigo discute o contexto do surgimento dos Institutos Liberais no Brasil, ao longo dos anos 80, como um fenômeno agregado à mudança ocorrida nos canais de comunicação entre o empresariado brasileiro e as elites políticas e de que forma tais institutos se transformaram nas principais entidades de divulgação dos preceitos econômicos liberais. A partir desta discussão inicial, é realizada uma análise dos membros fundadores do Instituto Liberal do Paraná, bem como as estratégias utilizadas pelo empresariado paranaense para a divulgação de suas idéias. Na conclusão do artigo discutimos a proximidade existente entre o discurso liberal - que pretende parecer apolítico - com campanhas eleitorais e o acompanhamento do crescimento dos partidos considerados de esquerda.

Palavras-chave: liberalismo; empresariado; Instituto Liberal.

Abstract

This article discuss the context in which the Brazilian Liberal Institutes grown all over the 80's as a movement linked to the changes that occurred in the communication channels between the Brazilian business community and the political elites, and how these institutes became the main center of diffusion of the liberal economic ideas. From this initial discussion, a wide view from the action of the founders of the Liberal Institute of Paraná is done, as well as the strategies used by the Paraná's business community to disseminate their ideas. Concluding the article, we deal with the closeness between the liberal speech - which tends to be apolitical - and the electoral campaigns, and we observe the growth of the parties reputable as in the left wing.

Keywords: liberalism, business community, Liberal Institute.

Este artigo reflete algumas das discussões realizadas em minha dissertação de mestrado, defendida em outubro de 2003, no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e que teve como foco a organização do Instituto Liberal do Paraná, a escolha de seus quadros diretivos, as suas principais formas de financiamento e estratégias de divulgação do ideário liberal, ao longo dos seus quatorze anos de existência (1987-2000).

1. O SURGIMENTO DOS INSTITUTOS LIBERAIS NO BRASIL

Ao longo da segunda metade da década de 1980, as elites políticas brasileiras passaram a adotar práticas voltadas à defesa de livre mercado e da concorrência em substituição ao projeto econômico do estatal-desenvolvimentismo, aplicado desde a Era Vargas (1930-1964).

O momento da mudança ocorre ao final do governo Sarney, quando uma série de fracassados planos econômicos levam à mudança da equipe que comandava o Ministério da Fazenda, resultando num redirecionamento ideológico. "Após a saída do ministro Bresser Pereira removeram-se as barreiras a uma aproximação maior às propostas do chamado Consenso de Washington" (DINIZ, 1999, p. 112)

Mudanças de pensamento nas estruturas governamentais ocorridas no final dos anos de 1980 não devem ser entendidas apenas como reflexos de equipes econômicas, pensamentos e doutrinas, mas também como fato decorrente de uma estruturação permanente, complexa e

¹ Mestre em História pela UFPR. Professor das Faculdades Integradas Espírita. E-mail: ed.historia@ig.com.br

enraizada de vários grupos, em especial de empresários, favoráveis à idéia de livre mercado e redução da intervenção estatal. Como destaca DINIZ e BOSCHI (1989, p. 29), “verifica-se um estreitamento dos vínculos empresariais com segmentos de uma nova tecnocracia que passa a ocupar posições centrais no aparelho do Estado...”. Essa reaproximação do empresariado com o Estado acontece num momento posterior àquele apresentado por DREIFUSS (1989, p. 44-45), no qual a elite empresarial, após ser alijada do poder decisório durante a fase final do regime militar, busca adaptar suas estruturas, moldando-se para o jogo democrático, que se apresentava aos empresários como um desafio, pois há décadas eles possuíam acesso privilegiado às decisões do Estado. A classe empresarial manteve seus canais tradicionais de negociação como a FIESP e a FIRJAN, mas passou a organizar outras estruturas que tinham por objetivo possibilitar a divulgação das idéias da classe.

Entre estas novas estruturas destacam-se a CEDES – Câmara de Estudos e Debates Sócio-Econômicos, a CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras, a UB – União Brasileira de Empresários e o IL – Instituto Liberal, tema principal deste trabalho.

Os ILs surgiram no Brasil em 1983 com a fundação, no Estado do Rio de Janeiro, do IL-RJ. Estes institutos se organizaram de forma regionalizada, de tal maneira que, após o surgimento do instituto carioca, vários outros são criados nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Bahia, Brasília e Minas Gerais.

Os ILs foram criados tendo como objetivo principal a divulgação do liberalismo. Mas, ao longo dos anos, os institutos também passaram a formular propostas setoriais para temas como Previdência Social, saúde, educação, energia, indústria, capital estrangeiro e Mercosul, participando de forma ativa na Assembléia Constituinte de 1987-1988 e apresentando propostas à Reforma Constitucional de 1994.

Representantes de vários estados brasileiros reunidos na cidade do Rio de Janeiro elaboraram a “Declaração do Rio de Janeiro” (CONSELHO NACIONAL DOS INSTITUTOS LIBERAIS, 1990²), na qual explicitaram as diretrizes norteadoras comuns dos institutos espalhados pelo país:

Os Institutos Liberais, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, declaram que:

1. Trabalham na difusão dos princípios do liberalismo, que consideram os mais eficazes para a promoção do bem-estar moral e material dos indivíduos, para a superação das desigualdades e para a eliminação dos privilégios existentes na sociedade brasileira;
2. Estão convencidos de que a atualidade e a modernidade dos princípios liberais permitem a sua adoção por todos os segmentos da sociedade nacional comprometidos com a realização do Estado de direito;
3. Entendem o liberalismo não como um dogma, mas como um conjunto de princípios capazes de inspirar ações no sentido de mudança social. Esses princípios privilegiam o indivíduo e não o Estado, e defendem a primazia da associação autônoma e voluntária dos cidadãos sobre as formas de organização impostas pelo Estado;
4. São independentes de partidos políticos e não tem qualquer relação de subordinação com organizações internacionais, ainda que a semelhança de denominação possa sugerir aproximações no terreno de ação.

A Declaração do Rio de Janeiro indicava quais os principais fins da criação de um Instituto Liberal, sendo que o Conselho Nacional dos Institutos Liberais elaborou a Carta de Princípios. Este documento pode ser considerado a base teórica pela qual os liberais no país atuavam:

² Buscando unificar a ideologia e a ação dos vários Institutos Liberais fundados nos estados, foi realizado, em 1990, na cidade do Rio de Janeiro, um encontro entre as principais lideranças liberais do Brasil. Deste encontro surgiu, então, a Declaração do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br> Acesso em 30 jan. 2002.

Princípios dos Institutos Liberais:

1. O direito à vida e o direito à liberdade são inerentes à condição humana, atributos inalienáveis que não podem ser negados pela legislação;

2. A liberdade é o fundamento do Estado de direito, que constitui a modalidade de associação política mais adequada para a implantação da justiça e a única forma de organização jurídica capaz de permitir a convivência harmoniosa dos indivíduos. O Estado de direito caracteriza-se por:

a) Não conceder privilégios a ninguém, assegurando, assim, a igualdade de todos perante a lei, o que implica que nenhum cidadão pode invocar sua condição econômica, social ou política para furtar-se ao cumprimento da lei;

b) Assegurar aos cidadãos o governo da lei em lugar do governo dos homens, partidos ou facções, e a cada indivíduo – desde que respeitados os direitos e a liberdade alheios e independentemente de sua raça, de seu sexo, de sua religião e de sua convicção política – a possibilidade de dispor livremente dos bens materiais e culturais produzidos por seu próprio esforço;

c) Facultar aos cidadãos o livre e imediato acesso aos tribunais encarregados de administrar a justiça, garantindo a todos um processo equânime;

d) Garantir, pelo estabelecimento de condições institucionais, a vigência da liberdade no terreno econômico, ensejando, a quantos queiram produzir e trabalhar, o livre acesso ao mercado, acesso que não pode ser cerceado por privilégios econômicos de qualquer natureza ou exigências legais e administrativas discriminatórias. Cabe ao mercado harmonizar as ambições e premiar, pelo lucro, o desempenho;

e) Reconhecer a propriedade privada como condição fundamental para que os indivíduos possam exercer plenamente o seu direito à vida, à liberdade política e econômica e à busca da felicidade;

f) Permitir que os acordos e divergências que ocorram no campo das relações do trabalho sejam tratados e resolvidos de maneira autônoma pelas partes;

3. A escolha dos que irão exercer as funções de governo deve ser feita pela via democrática. Para tornar efetiva a democracia, é indispensável que haja a liberdade de organização partidária e a realização periódica de eleições livres. A democracia só terá vigência plenamente assegurada quando forem aperfeiçoados os seus mecanismos representativos possibilitando a cada cidadão e aos grupos sociais participar da tomada das decisões políticas e do controle dos atos de governo que possam pôr em perigo a liberdade e os direitos individuais;

4. É necessário respeitar o princípio do federalismo, segundo o qual a União não deve realizar o que pode ser adequadamente feito pelos estados federados, nem esse o que puder ser da alçada municipal. Pelo mesmo motivo, os municípios não devem assumir o que puder ser feito pelas comunidades e essas não devem responsabilizar-se pelas atividades que podem ser adequadamente exercidas pelos indivíduos;

5. O desenvolvimento realizado com base na alocação de recursos por meio do mercado é o processo que permite aos cidadãos aperfeiçoar-se cultural e profissionalmente e usufruir de qualidade de vida progressivamente melhor.

O desenvolvimento econômico assim entendido deverá ser conduzido, no quadro do Estado de direito, pelos indivíduos que produzem riqueza, e não orientado por decisões estatais de caráter econômico e organizatório (Instituto Liberal - os primeiros 10 anos: 1983 - 1993).

Apesar de seguirem diretrizes comuns e terem como coordenador o Conselho Nacional dos Institutos Liberais, os institutos regionalizados tinham de buscar seus próprios mantenedores, inicialmente seus próprios fundadores, e podiam escolher as melhores estratégias na divulgação do liberalismo (Instituto Liberal - os primeiros 10 anos: 1983 – 1993, 1993, p. 4).

Os ILs no Brasil caracterizaram-se por terem sido fundados e dirigidos por empresários como destaca GROS (2002, p. 153) em seu estudo sobre os Institutos Liberais no Brasil com ênfase no instituto paulista e carioca. Diferentemente de outros países nos quais institutos e associações semelhantes eram dirigidos por professores, intelectuais, entre outros, estes institutos “não são definidos como associações de empresários, pois não defendem interesses classistas ou corporativos e sim, uma concepção de sociedade baseada na liberdade individual e na supremacia do mercado” (GROS, 2002, p. 153). Esta característica dos ILs no Brasil segue uma tendência já apresentada por USEEM, no qual é proeminente a participação dos *managers*, diretores e executivos de grandes corporações econômicas nos grupos de divulgação econômica ou ação política “First, the bulk of its members are fulltime senior managers of large corporations, second, the network encompasses nearly all important companies, and, third, the links are dispersed in a fashion favorable to classwide integration.” (USEEM, 1984, p. 38)³

Os meios utilizados pelos ILs para atingir seus objetivos foram, notadamente, a publicação de livros, panfletos, a realização de palestras, cursos, colóquios, debates, seminários e conferências.

Não se descarta também a possibilidade de financiamento externo, apesar de um dos itens constantes na Declaração do Rio de Janeiro destacar que os institutos são “independentes dos partidos políticos e não têm qualquer relação de subordinação com organizações internacionais, ainda que a semelhança de denominação possa sugerir aproximações no terreno da ação” (CONSELHO NACIONAL DOS INSTITUTOS LIBERAIS, 1990⁴), GROS (2002, p. 158). Esta observação se faz pertinente em virtude dos vários vínculos mantidos pelos institutos brasileiros com entidades de divulgação liberal norte-americanas e latino-americanas. Além disso, funcionam também como um canal de divulgação das atividades dessas organizações estrangeiras.

Dentre as várias organizações com as quais os ILs mantiveram contato destacaram-se: Cato Institute, Heritage Foundation, Atlas Foundation, Fraser Institute, Liberty Foundation e o Institute of Economic Affairs (INSTITUTO LIBERAL DO RIO DE JANEIRO, 2002), além da Sociedade Mont Pèlerin da qual Donald Stewart Jr., que era membro do IL-RJ e um dos mais ativos liberais do Brasil, participava regularmente.

Vinte anos após o lançamento do primeiro Instituto Liberal ainda permanecem em atividade sete deles: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Brasília.

2. AS ORIGENS DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ

Em fins de 1987 um grupo de oito empresários paranaenses fundou o IL-PR, mais precisamente, no dia 02 de dezembro estes subscreveram o estatuto social da entidade (GAZETA DO POVO, 11 dez. 1987, p. 12). Já no dia 09 de dezembro, o empresariado paranaense, agora em número de vinte, lançava o que seria a mais bem sucedida e estruturada organização surgida em defesa da livre iniciativa e das leis de mercado no estado do Paraná.

Internamente o IL-PR dividia-se em Conselho de Mantenedores, Diretoria Executiva, Conselho Consultivo e Conselho Doutrinário. Quanto aos associados, estes podiam ser sócios contribuintes, sócios colaboradores ou sócios participantes.

O Conselho de Mantenedores era o órgão superior da administração do IL-PR. Cabia a ele estabelecer a orientação geral do Instituto definindo sua linha de atuação cultural, administrativa e técnica a ser seguida pela Diretoria Executiva.

A Diretoria Executiva era o órgão responsável pela gestão operacional do Instituto. Já o

³ Primeiro, a grande maioria dos seus membros é composta de gerentes experientes com muito tempo em grandes corporações, segundo, a rede de trabalho inclui praticamente todas as companhias importantes, e, terceiro, as ligações estão dispersas em uma conformação favorável para a interação no âmbito da classe.

⁴ Id.

Conselho Consultivo tinha como atribuições assessorar os Mantenedores quanto às orientações básicas a serem seguidas. Aos membros do Conselho Doutrinário cabia a responsabilidade pela elaboração de artigos e textos para jornais e revistas, bem como pela participação em entrevistas em rádio e TV, reuniões, seminários e também pela preparação de material de cunho teórico e ideológico sobre o pensamento liberal.

A criação do IL-PR demonstra não apenas o crescimento do ideário liberal entre os empresários, mas também a necessidade da criação de outros canais de representação da classe, além das já tradicionais FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná e ACP – Associação Comercial do Paraná.

No caso da ACP, estudada por Isabel COUTO no período de 1990-1998, há um claro direcionamento para a defesa de “grandes entendimentos entre a classe empresarial e a sociedade em geral, preconizando que os empresários deveriam dar mais atenção aos problemas nacionais” (COUTO, 1998, p.46). Este pensamento difere daquele que norteou o IL-PR e que influenciou certamente a explosão de entidades empresariais no Paraná: IL, GISEP – Grupo de Integração Sócio-Empresarial do Paraná, Conselho Paranaense da Livre Iniciativa, entre outras.

Ao analisar as trajetórias das lideranças do IL-PR, é possível perceber que a grande maioria destas, ocupou, ou ainda ocupa, duas ou mais posições de comando em grandes empresas, associações empresariais/patronais de forma paralela ou não. Esta característica dos grupos de interesse empresarial já havia sido observada por USEEM ao analisar a ação empresarial norte-americana e britânica: “The varied connections of these managers lend them a special aura of stature, legitimacy, and influence that is but faintly shared by directors of single companies, however eminent they may be within their own company or sector”⁵ (USEEM, 1984, p. 62).

Entre os 38 principais mantenedores do IL-PR é importante observar que dezessete dessas empresas possuem suas atividades principais ligadas à indústria, dezesseis ao comércio, três na construção civil e duas delas ao setor financeiro. O equilíbrio que se observa entre os setores comercial e industrial, no que toca ao financiamento das atividades da instituição, não ocorre quanto às lideranças que efetivamente dirigiam o Instituto, escreviam artigos, proferiam palestras, enfim, tomavam as decisões. As principais lideranças eram do setor comercial. Esta característica do IL-PR diverge de seus congêneres paulista e carioca, nos quais havia uma predominância de elementos provenientes do setor financeiro.

Ao analisarmos o quadro 1, relacionando-o com o quadro 2, percebemos que dentre as empresas que foram adquiridas por grupos estrangeiros, sofreram processo de fusão, foram incorporadas ou, ainda, se aliaram a empresas de capital externo, o setor industrial foi aquele que mais esteve vulnerável a estes tipos de negociação. Esse é o caso, por exemplo, da Impressora Paranaense S/A, da Refrigeração Paraná S/A, da Ico Comercial Ltda, da Incepa Indústria Cerâmica Paraná S/A, Plastipar Indústria e Comércio Ltda., entre outras. Essa análise, entretanto, não pode deixar de destacar também que duas importantes empresas atuantes no setor comercial passaram para o controle estrangeiro, como é o caso da Demeterco e Cia. Ltda e da Minerva Dimax Comercial Farmacêutica Ltda., o que não é incompatível com a abertura econômica e liberação de fluxos comerciais e financeiros que defendiam os ILs.

⁵ As conexões variadas desses gerentes emprestaram a eles uma áurea de estatura, legitimidade, e influência que é pouco compartilhada por diretores de companhias isoladas, por mais eminentes que eles possam ser em suas próprias companhias ou setores.

QUADRO 1 – MANTENEDORES DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ

EMPRESA	RAMO DE ATUAÇÃO
APRAS	Associação dos Supermercados do Paraná
Banco Bamerindus do Brasil S/A	Financeiro
Bolsa de Valores do Paraná	Financeiro
Britânia Eletrodomésticos	Industrial - Eletro-eletrônicos
Café Alvorada S/A	Industrial - Alimentos
Demeterco e Cia Ltda.	Supermercadista
Hermes Macedo S/A	Comercial - Varejista
Impressora Paranaense S/A	Gráfico
Minerva Dimax Com. Farmacêutico Ltda.	Comercial - Farmacêutico
Refrigeração Paraná S/A	Industrial – Eletrodomésticos
Umuarama Holding	Industrial – Eletrodomésticos
Âncora Auto Veículos Ltda.	Comercial - Automóveis
Belga Indústrias Químicas Ltda.	Industrial - Química
Casteval Construção e Incorp. Ltda.	Construção Civil
Corujão Comércio de Automóveis	Comercial - Automóveis
Distribuidora de Bebidas Favreto	Comercial – alimentos
Emílio Romani S/A	Indústria e Comércio de alimentos
Hoje Imóveis Ltda.	Imobiliário
Ico Comercial	Industrial – Couro
Incepa Ind. Cerâmica Paraná S/A	Industrial – Cerâmica
Inepar S/A	Industrial – Elétrico
Ivaí Engenharia de Obras	Construção Civil
Kusma e Cia Ltda.	Supermercadista
Nutritional S/A	Industrial – Alimentos
Olsen Veículos S/A	Comercial - Veículos
Paraná Equipamentos S/A	Comercial - Equipamentos
Plastipar Ind.Com. Ltda.	Industrial – plásticos
Sociedade Educacional Positivo	Educação e gráfico
Selectas S/A	Industrial – Madeireiro
Servopa S/A	Comercial – Automóveis
Slaviero Hotéis e Turismo Ltda.	Comercial – hotelaria
Trombini S/A	Industrial - Papel e Celulose
Voupar Com. de Automóveis Ltda.	Comercial - Automóveis
Banco Araucária S/A	Financeiro
Berneck e Cia.	Industrial - Madeireiro
Brasholanda S/A Equipamentos Industriais	Industrial
Moinhos Carlos Guth Ltda	Industrial
Hotel Bourbon & Tower	Serviços
La Violetera Ind. Com. Gen. Alimentícios Ltda.	Comercial – alimentos

FONTE: Instituto Liberal, os primeiros 10 anos: 1983 – 1993

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

QUADRO 2 – EMPRESAS PARANAENSES ADQUIRIDAS TOTAL OU PARCIALMENTE POR GRUPOS NACIONAIS OU ESTRANGEIROS NOS ANOS 90

SETOR	GRUPO REGIONAL	COMPRADOR	PROCEDÊNCIA	NATUREZA OPERAÇÃO
Privado	Bamerindus	HSBC	Inglaterra	Aquisição
Público	Banestado	Itaú	Brasil	Aquisição/privatização
Público	Telepar (fixa)	BR - Telecom	Itália – Brasil	Aquisição/privatização
Público	Telepar (celular)	Tim	Itália	Aquisição/privatização
Privado	Mercadorama	Sonae	Portugal	Aquisição
Privado	Real	Sonae	Portugal	Aquisição
Privado	Coletão	Sonae	Portugal	Aquisição
Privado	Drogamed/Minerva	Farmácias Ahumada S/A	Chile	Participação acionária
Privado	Frigorífico Chapecó	Macri	Argentina	Aquisição
Privado	Eletrofrío	L.A.Darling	EUA	Aquisição
Privado	Pisa – Papel de Imprensa	Norske Skog	Noruega	Aquisição
Privado	Batavo	Parmalat	Itália	Incorporação acionária
Privado	Batávia (Parmalat/Batavo)	Perdigão	Brasil	Aquisição
Privado	Refrípar	Electrolux	Sueca	Aquisição
Privado	Plastipar	Hettich	Alemanha	Fusão
Privado	Polarcup	Holanda	Espanha	Aquisição
Privado	Inpacel	Champion	EUA	Aquisição
Privado	Parnaplast	Zemi	EUA	Aquisição
Privado	Impressora Paranaense	Dixie-Toga	Brasil	Aquisição
Privado	Herbitécnica	Defensa	Brasil	Fusão
Privado	Coopagro	Fiasul	Brasil	Aquisição
Privado	Disapel	Ponto Frio	Brasil	Aquisição
Privado	Supermercados Mufatão	Sonae	Portugal	Aquisição
Privado	Fósforos Irati	Inácio Ferro	Brasil	Aquisição
Privado	Incepa	Roca	Espanha	Aquisição

FONTE: GRUPOS estrangeiros dominam a economia do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 jul.2002, p. 19.

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

É possível perceber, portanto, que o setor industrial foi o mais atingido pelo discurso do livre mercado, livre concorrência e redução da intervenção estatal, embora tal discurso tenha sido financiado em parte por ele próprio ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Destacam-se, entre os mantenedores do IL-PR, as empresas genuinamente paranaenses e a ausência de empresas multinacionais, as quais por sua vez, financiavam os institutos liberais de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como, a ausência de pequenas empresas, o que acabou por refletir no próprio programa do instituto paranaense que, em raros momentos, colocou como sua prioridade a defesa da pequena e média empresa, provavelmente por perceberem que a internacionalização e a oligopolização seriam componentes maiores da sociedade que almejavam.

3. O INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ E SUAS ESTRATÉGIAS

As ações do IL-PR levadas a efeito no Estado seguiam, em boa parte, algumas das estratégias de marketing utilizadas pelos demais ILs espalhados pelo Brasil. Este é o caso, por exemplo, da organização de palestras com pensadores liberais como Guy Sorman, professor de Economia e Filosofia do Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Paris e fundador do Sorman Publication, que edita revistas de economia e planejamento urbano. Ele também foi

conselheiro do Primeiro-Ministro Alain Juppé e articulista do Le Figaro e The Wall Street Journal. Outro pensador convidado a participar dos eventos foi Mario Vargas Llosa, romancista e contista peruano premiado internacionalmente, candidato à presidência do Peru em 1990, derrotado por Alberto Fujimori. Em suas obras um dos temas mais recorrentes é a busca pela liberdade, fato que faz dele uma referência para os liberais brasileiros.

Outras formas encontradas pelos liberais, para divulgar suas idéias, foram a distribuição de livros para as bibliotecas universitárias no Estado do Paraná, a publicação de artigos em jornais e revistas, como foi o caso da Revista Direção e de colunas no jornal Gazeta do Povo, e, até mesmo, financiamento de estudos para acadêmicos interessados nos ideais liberais. Foram publicados também textos, jornais e livretos para serem distribuídos em consultórios odontológicos, ônibus, etc.

A Revista Direção, publicada ao longo dos anos de 1997 e 1998, tinha periodicidade mensal e buscava atingir todos os municípios paranaenses e alguns Estados brasileiros. Como a própria revista informava, a publicação era voltada para empresários, associações de classe, formadores de opinião, homens do campo, universidades e turistas. Esta publicação chegou a tiragem de 900.000 exemplares até a sua 17ª edição. Possuía distribuição gratuita e podia ser encontrada tanto em universidades e escolas públicas, como em repartições e consultórios médicos. Entre os artigos publicados e de responsabilidade do IL-PR, destacamos alguns que refletem muito do pensamento liberal conservador dos membros do Instituto: *O custo de usar o mercado*, de autoria de Og Francisco Leme, do IL-RJ, *Prefeito de Indianópolis*; *Stephen Goldsmith conta por que privatizar é bom também para o município* e *Neoliberalismo cubano e Ética X Política*, ambos de autoria do advogado Cleverson Marinho Teixeira, membro do IL-PR; e *Reflexos sobre a Liberdade*, de Maria Lúcia Víctor Barbosa, do IL-PR.

O instituto paranaense apresentou particularidades quanto às inovadoras técnicas de divulgação liberal, como a compra de espaços em outdoors espalhados pela capital do Estado, e a venda de livros de autores liberais em supermercados, fugindo da tradicional venda em livrarias especializadas.

Para atingir o objetivo de divulgação do liberalismo entre professores, intelectuais, estudantes universitários e de uma forma geral entre a população, os ILs utilizaram dos mais variados recursos: publicação de livros (IL - RJ, IL - SP); programas de rádio e televisão (IL - RS); patrocínio de prêmios, como o Fenícia de jornalismo (IL - SP); realização de seminários e colóquios, onde o tema sempre estava ligado à administração e economia; publicação de cartilhas, como a realizada em parceria com o grupo responsável pela Turma da Mônica - Maurício de Sousa Produções (1983-1993. Instituto Liberal - Os primeiros 10 anos).

No caso do IL-PR, várias palestras foram patrocinadas bem como seminários temáticos, além da participação de seus membros em atividades e eventos fora do Estado, como podemos perceber no quadro 3 abaixo.

Ao se observar as palestras e seminários patrocinados pelo IL-PR, percebe-se que estes refletem o pensamento da instituição que, durante os seus dez primeiros anos, demonizou o papel do Estado, responsabilizando-o como causador das mazelas da sociedade brasileira. Por outro lado, as palestras apresentavam as soluções defendidas pelos liberais para resolver os grandes problemas do país. Alguns títulos permitem entrever essas alternativas: *Redução do Estado*, *Liberalismo* e *Participação do empresariado na política*.

QUADRO 3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ - 1988-1995

(continua)

PERÍODO	ATIVIDADE	PALESTRANTE	TÍTULO
1988			
Março	Palestra	Donald Stewart Junior (IL - RJ)	Redução do Estado
	Inserção de outdoors com frases liberais		
Abril	Seminário	Vários palestrantes, sob orientação do CPLI	Livre Iniciativa e a Constituinte
Maio	Palestra	Guy Sorman (Economista liberal francês)	Liberalismo
	Palestra	Álvaro Alsogaray	Conseqüências do Populismo Estatizante na Argentina
	Palestra	Wolfgang Sauer	A origem da crise brasileira
Junho	Palestra	Donald Stewart Jr.	O Intervencionismo na Economia
	Palestra	Jorge Gerdau Johannpeter	A Economia de Mercado
Setembro	Painel	Roberto Demeterco	Reflexos da nova constituição nas atividades empresariais
	Palestra	José E. de Andrade Vieira	Participação do empresariado na política
Novembro	Palestra	Roberto Demeterco	O gigantismo estatal
1989			
Fevereiro	Palestra	Bernard Seagan	Planejamento Urbano Sem Zoneamento
1994			
Março	Distribuição de livros	Projeto “Leitura na sala de espera”	Foram distribuídos 500 conjuntos de livros: “Como sair da Crise”, “O reizinho populista”, “Turma da Mônica – cidadania” nas salas de espera de consultórios odontológicos.
Maio	Palestra	Eduardo Gianetti da Fonseca	A Transição Econômica e as Perspectivas do Plano Real
Junho	Distribuição de livros	Projeto “Leitura para hóspedes”	Distribuição para leitura dos hóspedes dos hotéis Bourbon, Lancaster, Deville, Mabu, Paraná Suíte, Savoy e Universo de folhetos e livros de conteúdo liberal.
Julho	Distribuição de livros	Projeto “Leitura de Bordo”	Distribuição de 3000 exemplares do livro “Como sair da Crise” dos usuários da Empresa de Transportes Pluma.

FONTES: Folha de São Paulo On Line, Gazeta do Povo, Arquivo do IL-PR.

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

QUADRO 3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ - 1988-1995
(conclusão)

PERÍODO	ATIVIDADE	PALESTRANTE	TÍTULO	
1995	Dezembro	Palestra	Mário Vargas Llosa	A Cultura da Liberdade
	Junho	Seminário		Participação nos Lucros e Remuneração Variável
	Agosto	Palestra	Carlos Jorge da Costa	Telecomunicações, um Passaporte para a modernidade
	Novembro	Seminário	Vários membros	SOS BR-116 – Duplicação Já
1996	Dezembro	Concurso de Monografias		
1997	Outubro	Palestra	Jorge Wilson Simeira Jacob	O papel dos Think Tanks na Economia Mundial
	Fevereiro	Programa de rádio		Programa diário (3 vezes ao dia) na rádio CBN.
	Março	Palestra	Carlos Alberto Montaner	O Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano
	Maior	Palestra	Stephen Goldsmith	A experiência de Indianápolis na Gestão Pública Municipal
1998	Julho	Palestra	Moacir José da Silva	A Escola Austríaca de Economia
	Março	Colóquio		II Colóquio Liberal do Paraná no Hotel Aguativa em Cornélio Procópio
	Maior	Colóquio		III Colóquio Liberal do Paraná no Hotel Mata Atlântica em Paranaguá
	Junho	Eleição	Roberto Demeterco	Empossado como presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais
	Setembro	Colóquio		IV Colóquio Liberal com o tema “O caminho da Servidão”
	Outubro	Colóquio		V Colóquio Liberal com o tema “O caminho da Servidão”

FONTES: Folha de São Paulo On Line, Gazeta do Povo, Arquivo do IL-PR.
NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Outra forma de divulgação do liberalismo foi o financiamento de diversos outdoors com frases como: **A lei deve fazer justiça e não privilégios**, de autoria de Jorge Gerdau Johannpeter; **Participe da livre iniciativa: basta ser livre e ter iniciativa**, **Só um governo com poderes limitados pode ser um governo decente**, de Friedrich Hayek; e, por fim, **Não esperem que a solução venha do governo, o governo é o problema**, de Ronald Reagan (1983-1993. Instituto Liberal - Os primeiros 10 anos, 1993, p. 24-25).

Portanto, o que se percebe, é que a direção do Instituto procurou também atingir um público que não estava acostumado a participar de encontros e seminários temáticos, ou seja, o cidadão comum paranaense, atingindo as pessoas com suas idéias em locais que elas dificilmente deixariam de ler a frase, gravando o sentido, seja no trânsito, seja nas compras, seja nos consultórios.

A organização do empresariado paranaense na defesa das idéias de livre mercado, a partir do fim de 1987 concentrada no IL-PR, coincide com a realização da Assembléia Nacional Constituinte. Este momento histórico brasileiro mostrava a força dos partidos de esquerda que, apesar de serem minoria na Assembléia, obtinham vitórias nas votações relativas às questões trabalhistas e de setores considerados estratégicos. Como ressalta ARAGÃO (1996, p. 153) “pelo lado empresarial, temia-se que a antiga oposição, agora no Poder, tentasse aprovar uma agenda de esquerda à moldura institucional-econômica do país”. Portanto, a organização dos ILs responde ao

temor de que as esquerdas brasileiras, agora legalizadas e organizadas em partidos políticos, passassem a ditar as regras políticas nacionais. Tal ação ou resposta não difere muito daquela apresentada pelo empresariado nacional quando da emergência do movimento operário, no início do século XX. Ângela Castro Gomes, ressalta que o patronato no final dos anos de 1910 passou a buscar a organização em virtude da “emergência de um movimento social de base operária nos anos que vão de 1917 a 1920... e que desencadeia em torno da necessidade da transformação e regulamentação das condições do trabalho urbano no país” (GOMES, 1979, p. 126).

A necessidade de combater as idéias de esquerda, estatizantes e nacionalistas é evidente em grande parte dos textos produzidos pelos liberais no Paraná, podendo ser este apontado como um dos motivos do surgimento da organização em 1987. Por outro lado, verificamos que, a não transformação em votos das idéias ligadas à esquerda no Paraná ao longo dos anos de 1990, também foi um fator relevante na redução das verbas que sustentaram o Instituto.

Em 1987, quando de seu início, o contexto estava marcado pela Assembléia Constituinte, que se realizava com importantes vitórias dos partidos progressistas que, segundo ARAGÃO (1996, p. 154), conseguiram “ampliação de direitos trabalhistas, na ampliação da capacidade de intervenção – ainda que teórica – do Estado na economia, na limitação do investimento estrangeiro em setores como o bancário, securitário e minerador...”. Estas conquistas dos setores progressistas chocavam-se diretamente com os princípios dos institutos liberais, o que por um lado facilitava aos coordenadores dos Institutos a arrecadação financeira (fundos) entre os mantenedores. DREIFUSS (1989, p. 101) já alertava para a preocupação dos ILs para com o crescimento do PT – Partido dos Trabalhadores no cenário nacional e da necessidade de contrapor um discurso, em que as vantagens de uma sociedade liberal e capitalista fossem destacadas.

Esse também é o caso do IL-PR, quando ficou clara a forma pela qual obtinha recursos do empresário mantenedor, mesmo que esse não compartilhasse todos os detalhes da cartilha liberal. As pesquisas de opinião e voto eram uma ferramenta fundamental para aumentar as entradas de recursos. Quanto maior a intenção do eleitor em votar em partidos de esquerda, maior a entrada de verbas para a propaganda liberal.

Tal relação fica evidente, quando a partir de 1996 o IL-PR, reduz suas atividades até seu encerramento em 2000. Nesse período o PT não atingiu mais que 10% dos votos nas eleições para o governo do Estado, ou nas principais cidades, como Curitiba. Nacionalmente, o Plano Real garantia para Fernando Henrique Cardoso sua eleição e reeleição. Na Assembléia Legislativa do Paraná, o PT não contava com uma força muito grande, pois dos 54 deputados conseguiu eleger:

-Mandato 1991 - 1994: 03 deputados;

-Mandato 1995 - 1998: 04 deputados;

-Mandato 1999 - 2002: 04 deputados;

-Mandato 2003 - 2006: 09 deputados.

Entre os anos de 1994 e 2000, o PT e os demais partidos de esquerda passaram por momentos delicados no combate ideológico ao neoliberalismo, bem como atraindo votações não muito expressivas, com exceção dos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, coincidentemente os que possuíam e ainda possuem os ILs mais combativos.

No caso paranaense, as duas vitórias já em primeiro turno (1994 e 1998) do “candidato-arquiteto-técnico” Jaime Lerner e a conseqüente aplicação das políticas de privatização, terceirização de serviços públicos e abertura ao capital internacional, desmobilizou os integrantes do IL-PR e de certa forma desmotivou os mantenedores à abrir os cofres de suas empresas para o financiamento de outdoors, livros, seminários, entre outros. Além das políticas públicas aplicadas por Lerner e FHC apresentarem muitos pontos em comum com os ideais liberais, vários membros do IL-PR passaram a integrar importantes cargos públicos do primeiro escalão dos governos federal e estadual.

Se relacionarmos o crescimento de três partidos políticos brasileiros que se destacaram ao longo da década de 1990 (PFL, PDT e PSDB) com o volume de recursos que obtiveram de doações de campanha oriundas de empresas comandadas por empresários que participavam do IL-PR, verificamos que houve amplo sucesso nas estratégias escolhidas pelo Instituto, pois é fácil perceber que os políticos que receberam recursos do empresariado liberal conseguiram expressivo número de votos aliado ao crescimento das idéias liberais.

Portanto, as ações do IL-PR que podemos classificar de cunho ideológico (divulgação, venda

de livros, palestras e outdoors, teatro) e que tinham por objetivo doutrinar certa parcela da população paranaense eram complementadas com uma ação efetiva no campo político. Esta outra forma de ação abrangia o financiamento eleitoral e o lançamento de candidaturas próprias, mas nesse caso o nome da instituição não era vinculado, mas sim os das empresas patrocinadoras. É importante lembrar que os ILs eram entidades “apolíticas” e como tal não poderiam aparecer como financiadores de um candidato ou partido.

Estas duas formas de ação - a ideológica e a política - são complementares e destacam a função aglutinadora realizada pelos ILs.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Murillo de. A Ação dos grupos de pressão nos processos constitucionais recentes. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 6/7, p.149-165, 1996.

COUTO, Isabel Cristina. Ação Política Empresarial: o caso do GEC (Grupo de Empresários de Curitiba) – 1990-1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

DINIZ, Eli. Crise, Reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985-95. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DINIZ, Eli.; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato. Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República. São Paulo: Vértice, 1989.

DIREÇÃO: O PARANÁ NO RUMO CERTO. Curitiba: Diretriz Editorial, 1997-1998.

DREIFUSS, René Armand. O Jogo da Direita na Nova República. 3. ed. Petrópolis : Vozes, 1989.

GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e Trabalho: Política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GROS, Denise Barbosa. Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LIMA, Ederson Prestes Santos. Instituto Liberal: a defesa das leis de mercado no Paraná 1987-2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

USEEM, Michael. The inner circle. Oxford: Oxford University, 1984.

1983-1993. Instituto Liberal - Os primeiros 10 anos. Rio de Janeiro, Conselho Nacional dos Institutos Liberais.